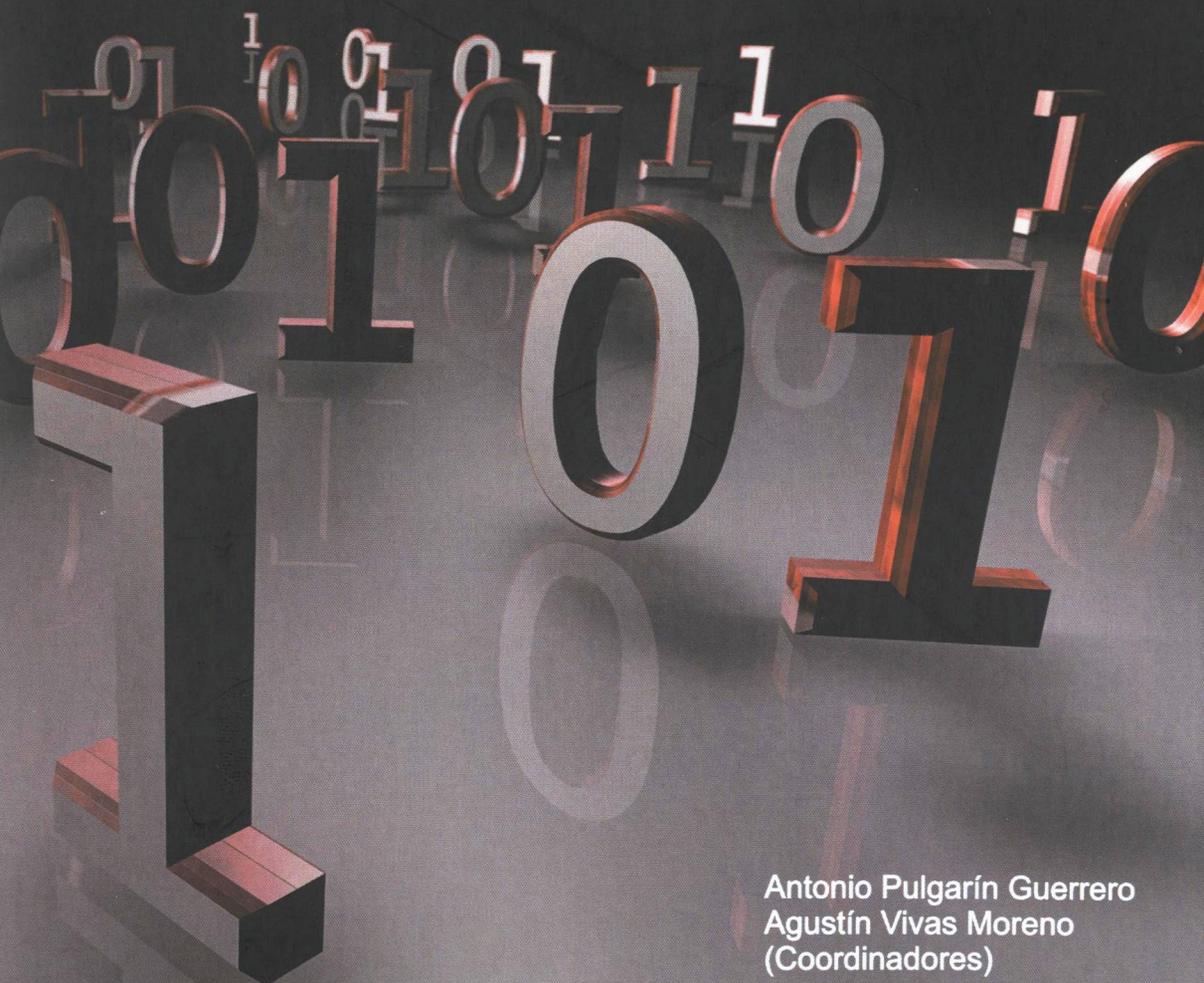


Límites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información

Actas

V Encuentro Ibérico EDICIC 2011



Antonio Pulgarín Guerrero
Agustín Vivas Moreno
(Coordinadores)

Antonio Pulgarín Guerrero

Agustín Vivas Moreno

Coordinadores

Límites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información



Departamento de Información
y Comunicación

BADAJOS 2011

COMISIÓN CIENTÍFICA

Armando Malheiro Silva (Universidad de Porto, Portugal)
Elias Sanz Casado (Universidad Carlos III, España)
Maria Manuel Borges (Universidad de Coimbra, Portugal)
José Antonio Calixto (Biblioteca Pública de Évora, Portugal)
José Antonio Frías (Universidad de Salamanca, España)
Fernanda Ribeiro (Universidad de Porto, Portugal)
Juan Carlos Fernández Molina (Universidad de Granada, España)
José Alberto dos Santos Marques (Archivo de Torre do Tombo, Portugal)
Manuela Barreto Nunes (Universidad Portucalese, Portuga)
María Luisa Lascurain Sánchez (Universidad Carlos III, España)
Rute Costa (Universidad Nova de Lisboa, Portugal)
Fermín de los Reyes Gómez (Universidad Complutense, España)
Alexandra Lourenço (Dirección General de Archivos, Portugal)
Luisa Orera Orera (Universidad de Zaragoza, España)
Marta Valentim (Universidad Estatal Paulista, Brasil)
María Blanca Rodríguez Bravo (Universidad de León, España)
Pedro Gómez López (Universidad A Coruña, España)
Ernest Abadal Falgueras (Universidad de Barcelona, España)
Celia Chaín Navarro (Universidad de Murcia, España)
Ely Francino Tannuri de Oliveira (Universidad Estatal Paulista, Brasil)

COMISIÓN ORGANIZADORA

Pilar Ortego de Lorenzo Cáceres (Universidad de Extremadura, España)
José Luis Bonal Zazo (Universidad de Extremadura, España)
María Victoria Nuño Moral (Universidad de Extremadura, España)
José Luis Herrera Morillas (Universidad de Extremadura, España)
María del Rosario Fernández Falero (Universidad de Extremadura, España)
Jorge Caldera Serrano (Universidad de Extremadura, España)
Margarita Pérez Pulido (Universidad de Extremadura, España)
Antonio Muñoz Cañavate (Universidad de Extremadura, España)
Aitana Martos (Universidad de Extremadura, España)
María J. Reyes Barragán (Universidad de Extremadura, España)

SECRETARÍA

José Luis Herrera Morillas (Universidad de Extremadura, España)
María Isabel Escalona Fernández (Universidad de Extremadura, España)

ISBN: 978-84-9978-021-4

DEPÓSITO LEGAL: SE-7839-2011

PRODUCIDO POR EDITORIAL ABECEDARIO.

PRINTED BY PUBLIDISA

DA CRIAÇÃO À PRESERVAÇÃO A LONGO PRAZO DE OBJECTOS DIGITAIS AUTÊNTICOS: O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Cristiana Freitas

Arquivo Municipal de Ponte de Lima (Portugal)

Resumo

No actual contexto da Sociedade da Informação, tendo em atenção o papel central e fulcral da informação como motor dinâmico das organizações, um dos maiores desafios que se coloca aos profissionais da informação, designadamente aqueles que desempenham funções em arquivos, consiste na criação, manutenção e preservação a longo prazo de objectos digitais autênticos.

Deste modo, a análise do contexto orgânico-funcional dinâmico das organizações e a análise de conteúdo deve assentar nos princípios, conceitos e métodos da Arquivística – disciplina aplicada da área da Ciência da Informação – e da Diplomática Contemporânea, de maneira a fornecer à organização uma compreensão dos contextos administrativo, legal, funcional e social em que opera, para conseguir identificar os principais factores que influenciam a sua necessidade de criar e manter informação e, ainda, para determinar os requisitos que garantirão a autenticidade, fidedignidade, integridade, inteligibilidade e a usabilidade da informação produzida, bem como as bases para a sua preservação a longo prazo.

Considerando que os Arquivos têm como uma das suas missões a preservação e acessibilização da informação no seu contexto de produção ao longo do tempo, é fundamental a intervenção precoce dos seus profissionais na concepção e implementação de sistemas de informação de forma a assegurar que todos os objectos digitais com valor secundário, produzidos por um sistema, sejam preservados como autênticos, fidedignos, inteligíveis e utilizáveis.

Palavras-chave: Autenticidade, Diplomática, objectos digitais, sistema de informação, profissionais da informação.

Abstract

In the current context of the Information Society, taking into account the central and important role of information as a dynamic motor of organizations, one of the biggest challenges facing information professionals, especially those who play functions in archives, is the creation, maintenance and long-term preservation of authentic electronic records.

Thus, the analysis of dynamic, organic and functional context of organizations and the content analysis - fundamental methodological operation in the construction of scientific knowledge about information - must be based on the principles, concepts and methods of Archival Science – discipline into the scientific area of Information Science – and Contemporary Diplomatics, in order to provide the organization an understanding of administrative, legal, social and functional contexts in which it operates, to be able to identify the main factors influencing the need to create and maintain information and also to determine the requirements that ensure the authenticity, trustworthiness, integrity, significance and usability of the information produced as well as the basis for its long-term preservation.

Considering that Archives have the mission to ensure the preservation and provide access to information in their context of creation over time, it is crucial the early intervention of their professionals in the design and implementation of information systems to ensure that all digital objects with secondary value, produced by a system, are preserved as authentic, reliable, understandable and usable.

Keywords: authenticity, Diplomatics, digital objects, information system, information professionals.

Introdução

Manter grandes quantidades de objectos digitais de conservação permanente ao longo do tempo, especialmente no que se refere às qualidades probatórias dos mesmos é essencial, mas complexo, ou seja, "na era do digital, a conservação da memória passou a ser um imperativo imediato, uma decisão a tomar no acto da criação da própria informação, sob pena de, posteriormente, não ser possível mantê-la, em condições de integridade" (Ribeiro, 2004).

Nesta medida, os desafios em identificar e manter esses objectos digitais levou os profissionais da informação a trabalharem com os produtores de informação com o intuito de desenhar sistemas capazes de manter intacta a sua integridade, bem como com especialistas em preservação de modo a testar e avaliar novos processos e tecnologias de preservação, o que significa que "as questões relacionadas com a preservação da memória constituem um dos maiores desafios que os profissionais da informação devem enfrentar, uma vez que devido ao volume incomensurável de informação produzida e a rapidez com que a mesma se produz graças às facilidades da tecnologia é inquestionável que se torna impossível conservar tudo e a decisão sobre a conservação da memória deixou de ser um problema que se põe *a posteriori*" (Ribeiro, 2004). Deste modo, depreende-se que é fundamental para a gestão e preservação a longo prazo de objectos digitais o domínio dos princípios da Arquivística, enquanto "ciência da informação social que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi)-fechados), quer na sua estruturação interna e dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente" (Silva, Ribeiro, Ramos, & Real, 1999, p. 133).

No entanto, tal como é referido no *Manual para Arquivos Electrónicos* (2005), "os arquivistas devem ser capazes não só de conhecer os princípios e as práticas fundamentais de arquivo, mas também de compreender que estes mudaram e que se devem reformular e/ou ampliar para fazerem face aos documentos de arquivo electrónicos" (Conselho Internacional de Arquivos [CIA], 2005, p. 23). Tal como refere Cook (2001):

The second major archival change relates to the record, and specifically how archives and archivists have tried to preserve authentic, reliable records as evidence of ideas and transactions (...) The focus has now switched from preservation of evidence to its creation and appraisal. Archivists try to preserve reliable records in context by ensuring that records are initially created according to acceptable standards for evidence, and, going further, to ensure that all important acts and ideas are adequately documented by such reliable evidence, rather than wait, passively, for a natural residue to emerge.

É neste contexto que surge o tema deste estudo, isto é, como uma necessidade de aprofundamento de conhecimentos teóricos e metodológicos no que concerne à criação, manutenção e preservação a longo prazo de objectos digitais autênticos, de modo a serem mais facilmente ultrapassados os desafios colocados às organizações e aos profissionais da informação que têm, cada vez mais, de se assumir como estruturadores e gestores da Informação "em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional, recolocando o enfoque também no criador/produzidor que, no decurso da sua actividade, produz/recebe, acumula e usa informação e não esquecendo que a informação que este gere e recebe reflecte por inteiro a sua natureza e objectivos" (Pinto, 2005a, p. 6). Para tal, optou-se por recuar às origens da Diplomática, ciência que emerge no século XVII, impulsionada por D. Jean Mabillon cuja obra *De Re Diplomatica Libri VI* tem a pretensão de solucionar "o problema da *verdade* dos documentos" (Gomes, 2008, p.65) ao estabelecer regras para distinguir os documentos autênticos e genuínos dos documentos falsificados ou suspeitos de tal.

Objectivos e metodologias

Este estudo, tem como objectivo específico questionar se a presunção de autenticidade pode ser transferida para o contexto digital e identificar os requisitos que garantirão a autenticidade, integridade, fidedignidade, inteligibilidade e usabilidade da informação, bem como as bases para a sua preservação a longo termo e acesso continuado. Procurou-se ainda conhecer, face ao novo contexto digital, quais as implicações do ambiente digital ao conceito de documento (o que estará em jogo, a informação ou o suporte?) qual o papel dos profissionais da informação, designadamente os profissionais de arquivo, face

à sociedade global da informação e, ainda, qual o posicionamento da Arquivística, “entendida como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação, apresentando-se a *Informação* como objecto de estudo desta emergente área do conhecimento cujo campo uno e transdisciplinar convoca, naturalmente, outras disciplinas numa clara e fecunda interdisciplinaridade” (Pinto, 2005a).

Por conseguinte, colocam-se algumas questões centrais aos profissionais da informação: como garantir a autenticidade dos documentos digitais? Poderão as metodologias arquivísticas tradicionais desenvolvidas para os documentos analógicos ser aplicadas aos documentos digitais? Ou terão de ser desenvolvidas novas metodologias e técnicas para assegurar que os documentos de arquivo mantêm a autenticidade ao longo do tempo?

Quanto à metodologia adoptada neste estudo consistiu na revisão da literatura existente sobre a temática e em pesquisas efectuadas na *World Wide Web* em revistas científicas tais como *Archivaria*, *The American Archivist*, *Archival Science* entre outras, das quais extraímos artigos de diversos autores que em muito contribuíram para este estudo.

Serviram de base a este estudo a obra de Paola Carucci, considerada como a primeira autora a aplicar a crítica diplomática aos documentos contemporâneos, bem como as diversas obras publicadas por Luciana Duranti e Heather MacNeil, que abordam amplamente a questão da aplicação da diplomática aos documentos de arquivo em ambiente digital. Estes estudos pretendem dar a conhecer os resultados obtidos em projectos desenvolvidos pela *University of British Columbia*, designadamente o *UBC Project*, cujo objectivo consistia em definir requisitos para a criação, manipulação e preservação da fidedignidade e autenticidade de documentos electrónicos em sistemas activos e o *InterPARES* que, sustentado numa abordagem teórica que utiliza a Diplomática como a base metodológica para a análise de estudos de casos, teve como principal objectivo desenvolver os conhecimentos teóricos e metodológicos essenciais à preservação dos documentos gerados ou mantidos em ambiente electrónico, e formular, a partir desse conhecimento, estratégias, modelos, políticas e normas capazes de garantir a sua preservação.

Realçamos ainda a obra *Authenticity in a digital environment*, do *Council on Library and Information Resources*, cujos autores discutem amplamente as questões relacionadas com a autenticidade dos objectos digitais.

Para fundamentação científica das questões abordadas sobre a Diplomática foram consultadas obras clássicas de autores como Robert-Henri Bautier, George Tessier, A. De Bouard, Olivier Guyotjeannin e, ainda, Bernardo Sá Nogueira e Saúl António Gomes.

Neste estudo, procurou-se desenvolver a questão relacionada com a importância da autenticidade dos documentos, evidenciada desde as civilizações pré-clássicas, e da importância, em plena era digital, da intervenção precoce e preventiva dos profissionais da informação na concepção e implementação de sistemas de informação – que compreendem todo o ciclo de vida da informação (produção, transmissão, avaliação, armazenamento, recuperação e utilização) – através da adopção de métodos que asseguram que o documento não é manipulado, alterado ou, melhor dizendo, falsificado após a sua criação, nem durante a transmissão, manipulação e preservação, dentro dos sistemas de gestão e de preservação da informação. Ou seja, a garantia de que a informação produzida é autêntica, fidedigna, íntegra, inteligível/utilizável e preservável “constrói-se ao longo do ciclo de vida da informação e da manifestação do processo info-comunicacional competindo ao gestor de informação reunir as condições para a sua explicitação e garantir que esta permanece indissociável do fenómeno e processo que identifica e evidencia (Pinto, 2009, p. 352)”.

Resultados e Discussão

A Diplomática e a Arquivística contribuem simultaneamente para a reconstituição original da acção administrativa, através da verificação do funcionamento das normas aplicadas na sociedade ao longo do tempo, em situações políticas e sociais diversas, tratando-se, segundo Carucci (1996), de uma investigação que está na mesma linha da mais recente tendência da história da administração. A familiaridade com a investigação das características jurídicas e formais da documentação, analisada no contexto histórico-institucional de produção, permite à Arquivística e à Diplomática uma abordagem específica ao estudo das instituições públicas e privadas caracterizada a partir de uma revisão constante

da lacuna existente entre a legislação e a prática e da mediação constante entre o mecanismo legal e a sociedade (Carucci, 1998, 31). Assim sendo e conforme refere Cencetti:

La diplomática es necesaria para el archivero porque penetra la esencia de los documentos y la formación histórica de los papeles y determina la comprensión íntima de aquello que es condición necesaria para su ordenación y descripción (como citado em Duranti, 1996, p. 44).

A análise diplomática do documento tem ainda por objectivo contribuir para a determinação do valor de testemunho histórico. Para além da importância em saber identificar um documento deverá igualmente conhecer-se a parte burocrática dos procedimentos de modo a perceber em que outras séries documentais podem ser encontrados testemunhos das sucessivas acções relacionadas com o documento em análise (Carruci, 1998, p. 31). Esta perspectiva, vai ao encontro de Cencetti, entre outros autores da primeira metade do século XX, que define a Diplomática como a disciplina que estuda a génese, a forma e transmissão de documentos arquivísticos e a sua relação com os factos aí representados e com o seu autor, com o objectivo de identificar, avaliar e comunicar a sua verdadeira natureza (como citado em Duranti, 1996, p. 29). Por outro lado, a diplomática do documento contemporâneo é definida por Riesco Terrero (1999, p. 196) como:

La ciencia historiográfica que, con método y técnicas propias, estudia el documento en sí mismo y en toda su integridad, sin limitación de época, contenido, espacio, procedencia o solemnidad, analizándolo críticamente en todo su conjunto, es decir, fijándose en los distintos elementos y caracteres que lo configuran y, especialmente, en su génesis, forma-estructura, evolución, tradición y conservación.

O maior benefício da utilização da Diplomática prende-se com o facto de evidenciar os procedimentos utilizados pelas instituições no decurso da sua actividade, através da descrição do contexto de produção dos documentos – que inclui o ano, mês, dia e local de produção –, da acção da qual resulta o documento, das pessoas envolvidas (autor, destinatário, originador e produtor), dos procedimentos, da relação entre documentos e da natureza, conteúdo e função do documento.

Nesta conformidade, alguns profissionais da informação comprometeram-se a reavaliar e a adaptar os conceitos, os princípios e os métodos da Ciência Diplomática para satisfazer as necessidades do *recordkeeping* contemporâneo. Conseguiram, desta forma, transformar um instrumento concebido para aceder retrospectivamente à autenticidade dos documentos medievais num modelo para a criação e para a preservação de documentos electrónicos autênticos (MacNeil, 2000, p. xiii).

A presunção de autenticidade, que tradicionalmente era imputada ao produtor e avaliada no momento da transferência dos documentos para a entidade custodial, que assegura a sua preservação e utilização a longo prazo, implica actualmente um maior envolvimento entre o produtor e o profissional da informação, "dado que a segurança da informação, o garantir da sua autenticidade, integridade, fidedignidade e inteligibilidade devem ser pensadas mesmo antes da mesma ser produzida, isto é, quando os próprios sistemas tecnológico-organizacionais que sustentarão a criação da informação estão a ser planeados e concebidos. O mesmo sucede com operações como a avaliação da informação ou de criação/captura dos essenciais elementos de meta-informação, dependentes de ocorrência anterior, e não posterior (à entrada sob custódia) e de uma cada vez mais estreita, intensa e directa cooperação do gestor da informação com o produtor" (Pinto, 2007).

Posto isto, concluímos que a aplicação dos princípios e métodos da Diplomática aos objectos digitais coadjuvados com os princípios e práticas da Arquivística – designada por *contemporary archival diplomatics* e definida por MacNeil (2000, p. 89) como "one that integrates diplomatic and archival principles, concepts, and methods" – pode contribuir significativamente para desenhar sistemas de informação que garantam a manutenção e a preservação ao longo do tempo de objectos digitais autênticos, fidedignos e acessíveis.

As recomendações ou requisitos, actualmente vigentes, fornecem a metodologia para a implementação, manutenção e preservação a longo prazo dos sistemas de informação, em ambientes onde novos sistemas de informação são planeados ou onde sistemas já existentes têm de ser preservados.

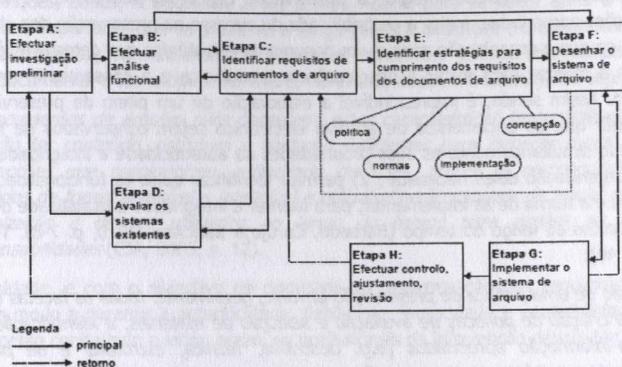


Figura 1. Concepção e implementação de sistemas de arquivo (NP-4438-2, 2005, p. 10)

O modelo proposto pelo *Manual para Arquivos Electrónicos* (2005) e pela NP-4438-2 (2005), conforme o diagrama acima representado, pressupõe a implementação de um ciclo de gestão de informação que, desde a fase de planeamento da mesma, abarca a produção, captura e recolha de informação, o seu processamento/organização, a sua circulação, a sua avaliação, o seu armazenamento, o seu uso e disseminação, como uma variável da gestão da informação presente em todo esse ciclo mantendo os objectivos de garantir a autenticidade, integridade e inteligibilidade da informação, bem como o acesso continuado no longo termo (Pinto, 2009, p. 343). Desta forma, a gestão de informação –uno e indivisível–, gerado pela estrutura organizacional e sustentado por uma eficaz plataforma tecnológica constitui um dos principais alicerces do processo de mudança e de melhoria da organização (Pinto & Silva, 2005, p. 21).

Contudo, se por um lado a ampla utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à produção, processamento, troca, disseminação e armazenamento de informação contribui activamente para a introdução de uma nova dinâmica na modernização administrativa das organizações – objectivando a desburocratização e a reengenharia de processos, o aumento da eficácia, eficiência, celeridade e transparência e, ainda, a redução de custos – bem como uma nova dinâmica ao nível da interacção/comunicação entre o produtor e o utilizador de informação, por outro lado, devido aos desafios impostos pela rápida evolução do ambiente electrónico, levanta problemas críticos de preservação a longo prazo da informação digital indispensável aos propostos operacionais da organização. Conforme refere Pinto (2005b, p. 54):

Acresce ainda que os recursos «de origem digital» não existem noutra formato senão no electrónico e, se em ambiente tradicional a preservação dos recursos de informação é focada sobretudo no suporte, encontrando-se, de certa forma, conteúdo, estrutura e contexto por ele unidos, no ambiente electrónico tal não acontece, surgindo-nos um «documento» cuja estrutura e conteúdo se configuram no momento da visualização, cuja estrutura é lógica e não física e que temos que controlar em todo o seu ciclo de vida de forma a garantir uma geração segura e uma identificação completa e inequívoca.

Assim sendo, a fragilidade física dos suportes, a obsolescência tecnológica e a vulnerabilidade do meio digital são obstáculos a ultrapassar na preservação digital a longo prazo, de modo a garantir a autenticidade, a integridade e a fiabilidade da informação a preservar, isto é, “garantir os requisitos inerentes à sua produção e aos objectivos do seu produtor/produtores, dada a multiplicidade de actores envolvidos e as implicações administrativas, legais, políticas e económico-financeiras dela decorrentes” (Pinto, 2005b, p. 55), bem como garantir o acesso continuado à informação.

Nesta conformidade, torna-se necessário que cada organização proceda ao desenvolvimento do seu próprio sistema de preservação e à definição e implementação de políticas de preservação adequadas, que englobem todo o ciclo da informação e que se materializem em planos e medidas.

Quanto mais depressa a instituição integrar a preservação digital no seu plano de acção, definir e implementar soluções apropriadas, maior a probabilidade de sucesso na preservação dos objectos digitais, ou seja, pretende-se que a organização possua um documento estratégico que determine, à partida, quais os procedimentos a realizar para evitar a obsolescência tecnológica e a consequente probabilidade de perder informação. Assim sendo, é imprescindível a elaboração de um plano de preservação digital de modo a: 1) garantir que os documentos de arquivo electrónico sejam conservados de forma legível e acessível, mantendo simultaneamente as suas propriedades de autenticidade e integridade durante tanto tempo quanto a organização deles necessitar; 2) permitir identificar quais as funcionalidades que devem ser implementadas e a forma de as implementar, para manter a integridade e usabilidade dos documentos de arquivo electrónicos ao longo do tempo (Barbedo, Corujo, & Sant'Ana, 2010, p. 7-8). Tal como refere Ferreira (2009, p. 46):

A definição de uma política de preservação envolve, geralmente, todas as facetas de um arquivo. Implica a criação de políticas de avaliação e selecção de materiais, a identificação de esquemas de meta-informação apropriados (e.g. descritiva, técnica, estrutural e de preservação), a definição de estratégias de preservação adequadas a cada classe de objectos digitais, a criação de planos de sucessão (para a eventualidade da organização detentora cessar a sua actividade), a utilização de modelos sustentáveis de financiamento, entre outros.

Tratando-se de um processo directamente ligado a práticas de gestão documental, "o desenvolvimento de um plano de preservação digital e a selecção das estratégias apropriadas, deve ser o resultado de um esforço de colaboração entre as unidades orgânicas referentes ao arquivo (gestão documental) e à informática (tecnologias da informação), com a participação de todas as unidades orgânicas afectadas pelo processo ou que produzam informação electrónica" (Barbedo *et al.*, 2010, p. 8).

Para além disso, Ferreira (2009) refere que é fundamental a adopção de um sistema de arquivo digital, isto é, um repositório capaz de albergar os objectos, de facilitar a implementação dessas políticas e respectivas estratégias de preservação e, ainda, de facilitar a gestão dos objectos, bem como a sua localização (Ferreira, 2009, p. 47).

Resultados e conclusões

Este estudo pretende demonstrar que a tradicional relação entre a Diplomática e a Arquivística é indispensável para a concepção de sistemas de informação capazes de servir as necessidades de negócios e prestação de contas de uma entidade produtora de modo a produzirem e manterem informação autêntica enquanto precisarem dela para acção ou referência. Conforme refere Ribeiro (2006), o ensino da Diplomática continua a ser pertinente numa época de mudança, em que a emergência de um novo paradigma, científico e informacional, fomenta a jovem área da Ciência da Informação e legitima novos modelos curriculares e salienta, ainda, que:

Não para uma hermenêutica conducente à descoberta da verdade histórica ou para a determinação da autenticidade dos documentos, necessária à construção científica sobre o passado. O especialista em informação não é historiador e não tem, por isso, de se preocupar com a veracidade dos documentos e com a construção da memória histórica. A Diplomática é indispensável porque é, afinal, uma das aplicações da análise de conteúdo – operação metodológica fundamental na construção do conhecimento científico sobre a Informação. A análise do discurso/texto (dos diversos discursos/textos), da sua estrutura, do formalismo (ou não) dos actos informacionais é importantíssima para a determinação do contexto (orgânico) genésico da informação e do seu posterior uso/fluxo no seio do sistema em que se integra ou dos outros sistemas com que se relaciona Ribeiro (2006, p. 14-15).

No que se refere especificamente à questão da autenticidade, questão central deste estudo, deverás considerar-se que, tal como é referido no *Manifesto para a Preservação Digital*, numa perspectiva Arquivística, a autenticidade "está intrinsecamente ligada à capacidade probatória dos documentos, não apenas num sentido estritamente jurídico, mas num sentido mais amplo de testemunho autêntico dos actos, acções e actividades que representam. É essa a principal característica diferenciadora de um arquivo relativamente a outros repositórios de documentação, o que não lhe retira dimensão informativa, antes lhe acrescenta um papel de responsabilização dos intervenientes nas actividades documentadas"

(Borbinha, Henriques, Lopes, & Sequeira, 2002, p. 80). Assim, para se poder aferir a autenticidade dos objectos digitais é importante que se preserve a longo prazo a descrição (meta-informação) do contexto de produção documental, considerando os diferentes contextos: jurídico-administrativo, proveniência, procedimento documental e tecnológico (software, hardware, dados e modelos). Ou seja,

Os documentos de arquivo para possuírem estas características [autenticidade e fidedignidade] deverão ter conteúdo, estrutura e contexto suficientes para fornecer prova das actividades e transacções que representam, reflectindo decisões, acções e responsabilidades. Se forem mantidos de forma acessível e inteligível e utilizável serão capazes de apoiar as necessidades da organização e de ser utilizados ao longo do tempo para análise ou demonstração de responsabilidades (CIA, 2005, p. 12).

Nesta conformidade, e com o objectivo de participar na determinação dos requisitos dos sistemas de informação, de modo a garantir a autenticidade, fiabilidade, integridade e inteligibilidade da informação, bem como o acesso continuado a longo prazo, os profissionais da informação devem ter a capacidade de:

- (1) entender e expressar o significado de assumir a gestão de sistemas de arquivo electrónicos;
- (2) entender e expressar o significado da preservação dos documentos de arquivo electrónicos a longo prazo, incluindo a preservação de cada um das suas componentes (por ex., dados, software e documentação de suporte) bem como a sua migração eficaz para novas plataformas;
- (3) determinar os requisitos dos sistemas de gestão de arquivos electrónicos e da preservação dos documentos neles contidos (3) apoiar os informáticos a determinar o que é e o que deve ser um documento de arquivo em ambiente electrónico (CIA, 2005, p. 23).

Posto isto, para fazer face aos novos desafios colocados pela Sociedade da Informação é essencial uma nova abordagem dos Arquivos e da Arquivística no âmbito da Ciência da Informação, que nos lança “o desafio primordial de descobrir, analisar e evidenciar as condições humanas e sociais de produção, de memorização, de recuperação, de uso e de reprodução da massa universal de mentefactos e sua materialização” (Pinto, 2007).

Bibliografia

- Barbedo, F., Corujo, L., & Sant'Ana, M. (2010). *Recomendações para a produção de planos de preservação digital*. Recuperado em 6 junho, 2011, de http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/PlanoPreservacaoDigital_V2-02.pdf.
- Borbinha, J. L., Henriques, C., Lopes, B., & Sequeira J. (2002). Manifesto para a preservação digital. *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação*, (2), 69-81. Recuperado em 23 junho 2011, de <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/385/38505107.pdf>.
- Carucci, P. (1998). *Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione*. Rome: Carocci Editore.
- Conselho Internacional de Arquivos (2005). *Documentos de arquivo electrónicos: manual para arquivistas*. Paris: ICA.
- Cook, Therry (2001). Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, 1, (1), 3-24. The Netherlands: Springer Netherlands. ISSN.
- Council on Library and Information Resources (2002). *Authenticity in a digital environment*. Recuperado em 24 junho 2011, de <http://www.clir.org/pubs/reports/pub92/pub92.PDF>.
- Duranti, L. (1996). *Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia*. Carmona: S&C Ediciones.
- Ferreira, J. M. A. (2009). *Preservação de longa duração de informação digital no contexto de um arquivo histórico*. Recuperado em 5 junho 2011, <http://hdl.handle.net/1822/9563>.
- Freitas, C. V. (2010). *A autenticidade dos objectos digitais*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Gomes, S. A. (2008). *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Macneil, H. (2000). *Trusting records: legal, historical, and diplomatic perspectives*. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- NP 4438-2 (2005). *Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo: parte 2: recomendações de aplicação*. Lisboa: IPQ.

- Pinto, M. M. G. A. (2005a). A formação de arquivistas no quadro da Ciência da Informação: o caso da Universidade do Porto. *IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, Lisboa, Portugal. Recuperado em 5 junho 2011, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3089.pdf>.
- Pinto, M. M. G. A. (2005b). Do "efémero" ao "sistema de informação": a preservação na era digital. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 15, 63-178. Recuperado em 1 junho 2011, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3083.pdf>.
- Pinto, M. M. G. A. (2007). Da acção à informação: o desafio digital. *IX Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas*, Lisboa, Portugal. Recuperado em 5 junho 2011, de <http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM63.pdf>.
- Pinto, M. M. G. A. (2009). Gestão da Informação e preservação digital: uma perspectiva portuguesa de uma mudança de paradigma. *IX Congreso Isko-Spaña*, Valencia, Espanha. Recuperado em 5 junho 2011, de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2923189>.
- Pinto, M. M. G. A., & Silva, A. M. (2005). Um modelo sistémico e integral de Gestão da Informação nas organizações. *II Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, São Paulo, Brasil. Recuperado em 1 junho 2011, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>.
- Ribeiro, F. (2004). Gestão da Informação/Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário. *VIII Mesa Redonda de Primavera, Porto, Portugal*. Recuperado em 1 junho 2011 de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>.
- Ribeiro, F. (2006). O ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. In Departamento de Ciências e Técnicas do Património & Departamento de História (Ed.) *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Vol. 2, pp. 47-63). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos J., & Real, M. L. (1999). Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afontamento.